

A CIDADANIA NA NARRATIVA DE RESISTÊNCIA: UM OLHAR SOBRE AS
NARRATIVAS AUDIOVISUAIS *O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS E
CIDADÃO BOILENSE.*

Lenice da Silva Andrade¹
Marcela Yara Maués da Costa²
Tânia Sarmiento-Pantoja³

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar uma análise das narrativas audiovisuais *O ano em que meus pais saíram de férias* e *Cidadão Boilense*, com vistas a compor algumas reflexões sobre as diferentes configurações da ideia de cidadania, a partir do modo como essas configurações são apresentadas nos dois filmes.

Palavras-chave: Cidadania, resistência, ditadura, Cao Hamburger, Chaim Litewski.

Abstract: The paper aims to present an analysis of audiovisual narratives *O ano em que meus pais saíram de férias* and *Cidadão Boilense*, in order to compose some thoughts on the different configurations of the idea of citizenship, from the way these settings are shown in the two films.

Keywords: Citizenship, resistance, dictatorship, Cao Hamburger, Chaim Litewski.

¹ Graduanda em Letras – Língua Portuguesa, Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC- AF). E-mail: lenices.andrade@yahoo.com.br

² Graduanda em Letras – Língua Portuguesa, Bolsista de Iniciação Científica (CNQq). E-mail: marcelamaues@hotmail.com

³ Doutora em Letras. Professora, pesquisadora vinculada à Graduação e à Pós-Graduação em Letras da UFPA. E-mail: nicama@ufpa.br.

1. INTRODUÇÃO

O termo cidadania é de origem grega, sendo utilizado até os dias de hoje, porém, em termos de significado passou e passa por diversas evoluções na história, adquirindo diferentes conformações, incluindo-se aí aquelas oriundas do campo jurídico. Segundo Sheila Oliveira (2006, p.109), ao analisar o verbete na forma como se encontra nos dicionários mais populares, “a definição de *cidadão* se divide em duas grandes acepções: “habitante da cidade” e indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado”.

É a partir do interior desse segundo campo semântico que o conceito de cidadania sempre esteve fortemente ligado à noção de direito, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao concorrer a um cargo público (indireto), mas nem sempre foram garantidos os direitos civis dessa forma, uma vez que na história do Brasil houve mudanças significativas na política. Tais mudanças ocorreram desde o Brasil colônia, passando pelo Império, pela República até os dias de hoje. Correia (2010, p. 8) ressalta a importância dessas passagens políticas como contribuição para a formação da cidadania brasileira:

Pode-se perceber que até o final do império, a ausência de identidade nacional contribui substancialmente para a pequena relevância que os direitos de cidadania, propriamente ditos, possuíram na organização e na cultura política.

Considerando a reflexão que Correia realiza ao identificar que a cidadania é herança de todo um aparato histórico de uma nação, entende-se que o conceito de cidadania está diretamente ligado à democracia. Não obstante, é importante recordar, que dentre os tipos de governo que tivemos no Brasil, o período em que tais direitos foram negados e aniquilados é o da vigência das ditaduras.

Iremos nos deter aqui na Ditadura Militar que vigorou de 1964 a 1985. Nascida de um confronto contra o governo de João Goulart, o regime de 1964 fundou-se em um movimento ideológico que rechaçou a base socialista do governo Goulart. Segundo afirma Cockcroft (*apud* Avila & Joo, 2010, p.26):

A doutrina em questão sustentava que os países ocidentais – e especialmente os latino americanos – eram vulneráveis à infiltração comunista e aos “inimigos internos”. Ao mesmo tempo, acreditava-se que as forças armadas eram as únicas instituições estatais capacitadas para conter e reprimir a penetração comunista, mesmo que para isso fosse necessário substituir governos de orientação democrática.

A ideia de que se torna necessário conter e reprimir a penetração comunista deriva para decisões em que claramente o autoritarismo se coloca em contrapartida ao Estado de Direito. Lembrando que no interior de uma democracia, a própria definição de direito, pressupõe a equivalência de deveres, uma vez que em uma coletividade os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da

sociedade. A doutrina da segurança nacional se expressa dessa forma especialmente pelas normas impostas pelos atos institucionais, criados com o objetivo de fortalecer o regime militar, além de evitar que os políticos depostos e a oposição se reorganizassem para combater a nova ordem política. Essa ação foi rápida e extensiva para que não houvesse tempo de uma revolta popular e nenhum ato de subversão ficasse fora do controle do governo, como detalha Alves (*apud* Barros, 2010, p. 145):

Indicam levantamentos feitos que cerca de 50.000 pessoas terão sido presas em todo país nos primeiros meses após a tomada do poder. Através da operação limpeza quarenta membros do Congresso Nacional perderam seus mandatos, 1200 militares foram expurgados. Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes.

Diante desse cenário constituíram-se movimentos de resistência por parte de grupos formados por militantes, estudantes, artistas, políticos esquerdistas etc.

Considerando o paradigma da narrativa de resistência, tal como pensada por Alfredo Bosi (2002) o presente trabalho tem como objetivo a relação da ideia de resistência com o exercício da cidadania no Brasil ditatorial. Para Bosi (2002, p. 118): “Resistir é opor a força própria à força alheia”, consistindo a resistência em um conceito originariamente ético e não estético. Inspirado em Croce, Bosi (2002, p. 118- 119) ainda desenvolve a seguinte reflexão a respeito das relações entre tais instâncias:

Mais do que um acaso de combinações, essa interação é a garantia da vitalidade mesma das esferas artísticas e teórica [...] O pensador que soube distinguir com clareza os momentos de um processo soube também encontrar os liames significativos entre instância e outra.

Em seu percurso especulativo Bosi busca sistematizar a apreensão da resistência em objetos estéticos, localizando-a a partir de duas formas de expressão: como tema e como processo imanente à escrita. A primeira está caracterizada pela presença de um valor ou conjunto de valores que se opõem a valores absolutos, sejam políticos e/ou sociais, com identidade historiográfica. Em outras palavras “como tema, nos objetos estéticos, a resistência sempre comparece vinculada a uma datação historicamente marcada no próprio objeto estético” (Sarmiento-Pantoja, 2009, p. 118). Quanto à expressão da resistência de forma imanente à escrita Bosi (2002, p. 128-129) se detém na possibilidade de que a partir dessa expressão da resistência é possível:

aprofundar o campo de visão. E detectar em certas obras, escritas independentemente de qualquer cultura política, militante, uma tensão interna que as fazem resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema. Quem diz escrita, fala em categorias formadoras do texto narrativo, como o *ponto de vista* e a *estilização da linguagem*. Vejo nesses dois processos uma interioriza-

ção do trabalho do narrador. A escrita resistente (aquela operação que escolherá afinal temas, situações, personagens) decorre de um, *a priori* ético, sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes.

Desse modo, por conta das marcas históricas neles presentes e fundadas, especialmente, nos desdobramentos relacionados à imersão do país em uma ditadura militar, entendemos que é possível observar a resistência enquanto tema, como um traço demarcador importante na fabulação do documentário “*Cidadão Boilense*” e na constituição do personagem principal do filme “*O ano em que meus pais saíram de férias*”, especialmente porque ambas as narrativas partem da ideia de reparação, confluindo assim para uma vereda memorialística e de teor testemunhal em direção ao período que abrange a ditadura militar

Desse modo, o presente estudo justifica-se, sobretudo, pela possibilidade de lançarmos também esse olhar sobre a rememoração, implicados na organização das duas narrativas, não esquecendo que “testemunhos são discursos antes de qualquer coisa” (Sarmiento-Pantoja, 2009, p.112). Sobre esta afirmação é importante ressaltar ainda, de um lado, que cada indivíduo tem a seu modo e maneira de expor tal discurso. Os vídeos aqui relacionados constroem uma narrativa de grande relevância histórico-cultural e artística por suas particularidades no que diz respeito ao modo como a perspectiva narrativa é construída. Por outro lado, uma narrativa testemunhal ou com teor testemunhal pode se mostrar de cunho comunitário, quando se trata de expressar resistência, portanto julga-se que por meio da narrativa de resistência podemos refletir sobre como se resgatam valores de cidadania, não nos permitindo constituir vulnerabilidades que permitam um novo estado de exceção.

2

O filme *O Ano em que meus pais saíram de férias* (2006), direção de Cao Hamburger, retrata a realidade de um menino chamado Mauro, que no ano de 1970, sem entender o que realmente estava acontecendo no seu país, é deixado pelos seus pais na casa de seu avô e os vê partirem dizendo que iriam apenas sair de férias por alguns dias e estariam de volta no início da Copa do Mundo. É desse modo que Mauro, um menino de apenas 12 anos de idade, se depara com uma realidade totalmente diferente daquela a que estava acostumado. Pois, no mesmo dia em que é deixado na casa de seu avô descobre que ele havia falecido. Não tendo como entrar em contato com seus pais, o garoto se torna hóspede de um judeu amigo de seu avô, chamado Shlomo.

Pelo contato com Shlomo Mauro passa a conhecer melhor a cultura judaica, pois mesmo sendo filho de pai judeu, até aquele momento, não fora criado de acordo com os preceitos judaicos⁴, assim em um primeiro momento, ele resiste a essa cultura. Temos como exemplo a cena em que em ele se recusa a ingerir peixe no desjejum que Shlomo lhe prepara. Aos poucos, no

⁴ O avô de Mauro é judeu, assim como Daniel, o pai do protagonista, e pertence à comunidade judaica da qual Shlomo faz parte. Mauro tem mãe não judia e não passou pelo rito da circuncisão, por isso é considerado *gói* (não judeu) pelos outros membros da comunidade.

entanto, o garoto agrega-se aos modos dessa nova realidade, participando de cerimônias judaicas e passando a se alimentar do que antes não lhe agradava, como o peixe no café da manhã.

Com o início da Copa do Mundo, Mauro, sentindo-se imerso em universo eivado pelo discurso de que ser cidadão brasileiro e patriota é comungar das vitórias do país, arruma-se de duas formas: primeiro, ao preparar a mala para ir embora com os pais, que haviam prometido voltar durante os jogos; segundo, ao se vestir com a camisa do Brasil para assistir, com grande entusiasmo, seu país vencer o time adversário. As imagens são manuseadas, a partir da linguagem cinematográfica, em prol da tessitura de paralelos entre os momentos de projeção dos jogos e os da angustiada espera do menino. O ápice dessa estratégia se revela no instante em que a torcida comemora a vitória irreversível da seleção, ao mesmo tempo em que ocorre o reencontro entre Mauro e sua mãe, abatida e machucada. Esse momento do filme nos possibilita observar diferentes formulações relacionadas às estratégias de domesticação oriundas das políticas do Estado: por um lado fomentava o encanto, a alegria e a distração, por meio da transmissão do futebol, com o intuito de deslocar o foco de uma realidade marcada por várias atrocidades. Por outro lado, cotejava a censura, as perseguições, as prisões e também os desaparecimentos e os exílios. Segundo Oliveira e Santander (2010, p.66): “O país via-se diante de uma política para a qual “tudo era proibido” e cerceadas eram as liberdades fundamentais.”

Portanto, se por um lado o país vence, por outro a nação perde, pois enquanto se tinha a virtude de ser um “cidadão brasileiro”, gritando e chorando de alegria, expressando orgulho por estar disputando a Copa do Mundo de Futebol e ainda levar o título desse campeonato; também havia outros “cidadãos brasileiros” gritando e chorando por essa nação, mas pelo medo do presente, pela perda da identidade, pelas agressões físicas e psíquicas que lhes foram causadas. A experiência de Mauro muito nos revela acerca de tais condições, pois os pais do menino não retornam das férias, porque “estar de férias”, na verdade é um eufemismo, cujo significado literal é cair na clandestinidade para tentar fugir da prisão e da morte iminentes perpetradas pelo braço armado do Estado. Nesse sentido, sabemos ao final do filme que o pai do garoto sucumbiu a esse braço armado. E que mãe e filho, para sobreviverem, precisam continuar sua história no exílio, palavra – e condição, até então desconhecidas para Mauro.

O ano em que meus saíram de férias é um filme de ficção, mas podemos tomar Mauro como representação da realidade de muitas crianças na época do golpe militar no Brasil, as quais eram da mesma forma que Mauro, deixadas por seus pais para que tivessem condições de sobreviver às desumanidades praticadas pelos que estavam no poder. Destacamos que embora o garoto estivesse passando por um forte conflito – marcado pela solidão e pelo afastamento dos pais – ele não deixa de envolver-se com o universo lúdico da infância e nesse sentido mais uma vez o advento da Copa do Mundo de 70 cumpre papel fundamental na fabulação da narrativa cinematográfica, pois ao mostrar Mauro vestindo a camisa da seleção e envolvido com o futebol de uma maneira incondicional, ao brincar de se colocar na condição de goleiro, que o filme nos possibilita refletir sobre a resistência. Ressaltamos que a presença lúdica do futebol é um dos mais importantes “elementos estruturantes” (Cornelsen, 2012, p. 435) para a constituição da narrativa do filme, pois ser goleiro para o protagonista consiste, sobretudo, em uma elaboração da espera, segundo Riera (*apud* Cornelsen, 2012, p. 435) e, em uma forma de aprendizado, conforme afirma Sarmiento-Pantoja (2010, p. 1900-1901):

Defensor por excelência, a função do goleiro é impedir a realização do gol, o que significa em primeira instância a vitória e a sobrevivência do time. Defender bem o gol vale, portanto, como aprendizado sobre aprender a se defender e assim a sobreviver ao ataque, seja de que natureza for e ainda que o time se reduza a apenas um indivíduo: o próprio menino.

Esse processo de aprendizagem envolve não somente a compreensão e a internalização da necessidade de sobreviver, resistindo. Ao conviver com culturas díspares presentes ao redor de onde Mauro passa a viver ao fazer parte dos confrontos e ritos de convivência implicados nas relações entre essas diferentes culturas, ao descobrir-se aos poucos em parte judeu, o menino aprende a se surpreender e a compreender a alteridade.

E isso também é um exercício de resistência quando o que é apregoado pelo discurso dito oficial, que corria em tempos de ditadura, é justamente a ideia de que os outros que não nos são similares, seja porque pertencem a diferentes identidades étnicas ou religiosas, seja por pensarem diferentemente, são estranhos, subversivos, perigosos ou iníquos, e por isso, devem ser vistos com suspeição e em certas condições – como a que vivem os pais de Mauro – perseguidos, expulsos do país ou mesmo exterminados. Esse parâmetro, quando relacionado à existência de um estado de exceção, como é o caso de uma ditadura, pode significar a suspensão de certos direitos civis implicados na noção de cidadania, como o direito à vida, o direito de ir e vir, o direito de expressar ideias diferenciadas, o direito a um tratamento digno, seja qual for a circunstância, enfim, direitos fundamentais da sociedade moderna que observamos suspensos ou problematizados na história narrada em *O ano que meus saíram de férias*, implicando no tolhimento do núcleo fundamental da noção de cidadania.

O filme trabalha assim em várias direções, ligadas à constituição da cidadania: seja pela atitude reparadora perante a história, ao estabelecer no futebol da Copa de 70, o trampolim entre a matéria ficcional e a matéria historiográfica ligada à Ditadura Militar de 1964, seja pelo gesto reparador em relação à identidade em função dos compartilhamentos e descobertas realizadas por Mauro.

3

A segunda narrativa audiovisual aqui comentada é o documentário *Cidadão Boilense* (2009), do cineasta Chaim Litewski, que relata através de diversos narradores, a história verídica de um dinamarquês, Henning Albert Boilesen, que vem ao Brasil aos 22 anos de idade e se encanta pelas peculiaridades desse país, como o clima, a caipirinha, as mulatas, as festas e uma linha de desenvolvimento econômico que permitia empreendimentos ousados, como as que ele criou com o tempo.

Decidido a ter residência fixa no Brasil torna-se empresário respeitado, presidente de um grupo empresarial, o Grupo ULTRA, do qual se destaca a empresa de gás ULTRAGAZ, companhia que trouxe um grande desenvolvimento econômico para o país, além de trazer popularidade e respeitabilidade ao dinamarquês – inclusive em seu país natal. Além de presidente da ULTRAGAZ, Boilesen também foi diretor da Federação das Indústrias de São

Paulo. Nessas condições, até ser justificado por militantes do MRT e da ALN,⁵ em 15 de abril de 1971, Boilesen logo se dedicou a contribuir com a ditadura militar instalada no Brasil, financiando a logística da repressão.

Vale ressaltar que o conteúdo de *Cidadão Boilense*, segundo Tomaim (2010, p.60), alinha-se a outros filmes de não ficção⁶, que tem apostado em um dever:

de memória que não permite que as atrocidades da ditadura militar sejam esquecidas. Dever que para alguns militares tem sido sinônimo de um avanço comunista na mídia brasileira, que aproveita para realizar filmes marcados por um forte ressentimento de antimilitarismo oriundo do período autoritário.

Com uma personalidade ambígua, Boilense, de um lado, frequentava a sociedade, participando de eventos sociais, mostrando-se amigo, parceiro, correspondendo assim a uma figura respeitável e modelar. Por outro lado, o dinamarquês mostra uma face cruel, ao ensinar técnicas de tortura, patrocinar a repressão e influenciar outros empresários a contribuírem com o esquema da OBAN (Organização Bandeirantes), haja vista que os militares não dispunham de poder econômico para dar continuidade à ideia de eliminar os chamados terroristas, que se colocavam contra a permanência do regime. Observa-se, portanto, que as vertentes mostradas pelo documentário em relação à ideia de cidadania, comporta duas posições acerca da noção de cidadão, presentes no perfil de Boilesen: de um lado um “cidadão perfeito”, requisitado, prestigiado por seus grandes negócios e empreendimentos e muito respeitado pelos segmentos sociais que apoiavam o regime ditatorial; de outro lado, Boilense, ao patrocinar e participar de sessões de tortura, inverte esse caráter de cidadão. Nesse sentido o documentário assinado por Litewski não é apenas sobre Boilesen, mas acerca de todo o empresariado que bancou financeiramente a OBAN. Recorremos à pesquisa realizada por Elio Gaspari (2002, p. 62) no que diz respeito a essa participação:

A reestruturação da PE paulista e a *Operação Bandeirante* foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca achegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de Dona Veridiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidal, dono do mercantil São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero (...).

Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas.

⁵ Sobre o assassinato de Boilesen, ver detalhes em Gaspari (2002, p. 395-396), que comenta as circunstâncias da morte do dinamarquês no interior do conjunto das ações de repressão do regime e a consequente resposta dos grupos de militância contrária aos militares.

⁶ São eles: *Tempo de resistência* (André Ristum, 2003); *Vlado, 30 anos depois* (João Batista de Andrade, 2005); *Caparaó* (Flávio Frederico, 2006) e *Hércules 56* (Silvio Da-Rin, 2006), *Simonal - Ninguém sabe o duro que eu dei* (Cláudio Manoel, Micael Langer e Calvito Leal, 2009), *Reparação* (Daniel Moreno, 2010) e *Marighella* (Isa Grinspum Ferraz, 2012).

O envolvimento de Boilesen com as ações repressivas da ditadura foi decisivo a tal ponto que uma engenhoca chamada “Pianola Boilense”⁷, uma espécie de máquina que emitia descargas elétricas, foi batizada com seu nome. Essa face cruel se compunha também do componente sádico, pois segundo depoimentos, presentes no documentário, Boilesen participava efetivamente daquilo que patrocinava, assistindo às sessões de tortura sempre que podia.

De acordo com Tomaim (2010, p.61-62) muita das narrativas cinematográficas que focaram recorte da ditadura civil-militar, mesmo as mais documentais, como é o caso de *Cidadão Boilense*, realizam um trabalho de luto ao partirem para uma constituição reparadora da memória sobre a ditadura de 1964. Afinal, os inúmeros narradores de *Cidadão Boilesen* conseguem, a partir dos parâmetros que vão constituindo o perfil da figura do dinamarquês, mostrar a outra face da ideia de cidadania que marca esse perfil. Boilense acreditava que os chamados subversivos estavam ligados ao Comunismo e isso seria nocivo à nação. Ser cidadão para Boilense era contribuir para a limpeza em relação àqueles que ideologicamente não compartilhavam da permanência do regime. Desse modo, por trás da figura carismática e respeitável, de “bom cidadão”, residia o homem truculento, autoritário e tão violento quanto o regime que defendia. Tal como o Estado autoritário – ou por analogia a este, Boilense não se mantém dentro da lei nem dos princípios humanitários. E o fato de que agiu desse modo por acreditar que erradicando os comunistas apostava no progresso da nação, não justifica tal comportamento.

Ao refletirmos sobre o percurso de Boilesen, é possível pensarmos que um estado de exceção não é mensurável apenas no que concerne ao aspecto desviante, presente nas atribuições do Estado, pois, mais que um estado de exceção, são as condições de exceção que passam a mover determinados comportamentos e práticas, principalmente quando nestes o poder é um fator determinante. Como bem lembra Elio Gaspari, o uso da tortura, mecanismo que visa a busca de uma determinada ordem pela imposição do suplício, não é considerado um crime para quem tem o poder nas mãos: “Para presidentes, ministros, generais e torcionários” e financiadores, como foi o caso de Boilesen, “o crime não está na tortura, mas na conduta do prisioneiro” (Gaspari, 2002, p. 20).

Vale ressaltar ainda que o empresário representou assim a camada civil que defendia ideologicamente o regime e apoiou objetivamente suas ações de repressão, o que reforça a ideia de que o regime ditatorial não foi responsabilidade apenas dos militares, pois houve efetivamente uma participação decisiva de segmentos civis, que tiveram o mesmo grau de importância na manutenção do estado de exceção, convergindo para uma ditadura civil-militar.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Narrativa de resistência. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

BARROS, Maria Cláudia Machado. A constituição dos governos autoritários no Brasil na perspectiva de Guillermo O’Donnell e Fernando Henrique Cardoso. **Revista Historiador**, Porto Alegre, ano 03, n.

⁷ Inspirada em uma máquina trazida por Boilense do exterior, que emitia eletrochoques ao ser acionada por um teclado.

3, p. 138-152, dez. 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em: 20/07/2012.

CORREIA, Fernanda Guimarães. Reflexões sobre o conceito de cidadania e suas bases históricas no Brasil. **Revista Achegas**, Rio de Janeiro: n. 43, p. 5-17, jan. 2010. Disponível em: <http://www.achegas.net/>. Acesso em: 01/08/2012.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. Imagem e memória em torno de futebol e política no cinema. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro, VIERA, Elisa Amorim, SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Imagem e memória**. Belo Horizonte: Rona Editora; FALE/UFMG, 2012, p. 429-442.

DOMINGUEZ, Carlos Federico; SANTANDER, Carlos Ugo. Auge e declínio dos governos autoritários na América Latina: reflexões em perspectiva comparada. In: SANTANDER, Ugo Carlos (Org.). **Memória e Direitos Humanos**. Brasília: LGE, 2010. cap. 3, p. 25-32.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. O cinema como fonte de aprendizagem e a educação em Direitos Humanos. In: SANTANDER, Ugo Carlos (Org.). **Memória e Direitos Humanos**. Brasília: LGE, 2010. cap. 5, p. 42-50.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Cidadania: pré-história de uma palavra. In: 6º Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul - Celsul, 2004, Florianópolis. **6º Encontro do Celsul - Resumos**, 2004. p. 164-165. Disponível em: <http://www.celsul.org.br>. Acesso em 17/08/2012.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. A razão resistente em perspectiva estética: apontamentos. In: Tânia Sarmiento-Pantoja; Joyce Otânia de Seixas Ribeiro. (Org.). **Multiplicidades do discurso**: linguagem, literatura, arte e educação. **Multiplicidades do Discurso: linguagem, literatura, arte e educação**. Belém: Açaí, 2009, p. 112-127.

_____. O olhar da infância em narrativas pós-ditatoriais na América Latina. In: REIS, Livia (org.). **Anais do JALLA BRASIL 2010 – IX Jornadas Andinas de Literatura Latino-Americana**. Niterói-RJ, 2010, p. 1900-1906.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O Perigo Vermelho no cinema brasileiro: as narrativas de exilados e ex-presos políticos da ditadura militar no documentário contemporâneo. **Famecos**, Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 59-67, maio/agosto, 2010. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/7543/5408>. Acesso em 15/08/12.

FILMOGRAFIA

O ANO em que meus pais saíram de férias. Direção de Cao Hamburger. Produção de Caio Gullena. Roteiro de Cláudio Galperin, Braulio Montavani, Anna Muylaert e Cao Hamburger. Brasil, 2006. 1 DVD (106min), color.

CIDADÃO BOILESEN. Direção de Chaim Litewski. Produção de Chaim Litewski, José Carlos Asbeg, Jorge José de Melo e Oyvind Kyro. Brasil: Imovision, 2009. 1 DVD (92 min.), color.